

# 4.3

## PROGRAMA DE EXECUÇÃO

DEZEMBRO 2025

## ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO .....	3
1.1. Metodologia .....	3
1.2. Estratégia de Desenvolvimento Territorial .....	4
2. ÁREAS DE EXECUÇÃO PROGRAMADA .....	5
2.1. Áreas a Estruturar (UOPG 1) .....	5
2.2. Áreas a Consolidar (UOPG 2).....	6
2.3. Áreas a Planear (UOPG 3).....	7
3. PROPOSTAS .....	8
3.1. Outros instrumentos com propostas .....	9
4. SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO .....	10
ANEXO I – Objetivos por vetor estratégico.....	11

## ABREVIATURAS E SIGLAS

Art. – Artigo

CMB – Câmara Municipal de Braga

PDMB – Plano Diretor Municipal de Braga

RJIGT – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na redação atual)

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

## 1. ENQUADRAMENTO

O disposto no n.º 1 do art. 96.º do RJIGT determina que o Plano Diretor Municipal define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo a programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas e a definição das UOPG.

O Plano Diretor Municipal é acompanhado pelo programa de execução, contendo as disposições sobre a execução das intervenções prioritárias da administração central e local previstas a **curto (2026/2029) e médio prazo (2030/2033)**, bem como o enquadramento das intervenções a **longo prazo (>2034)**.

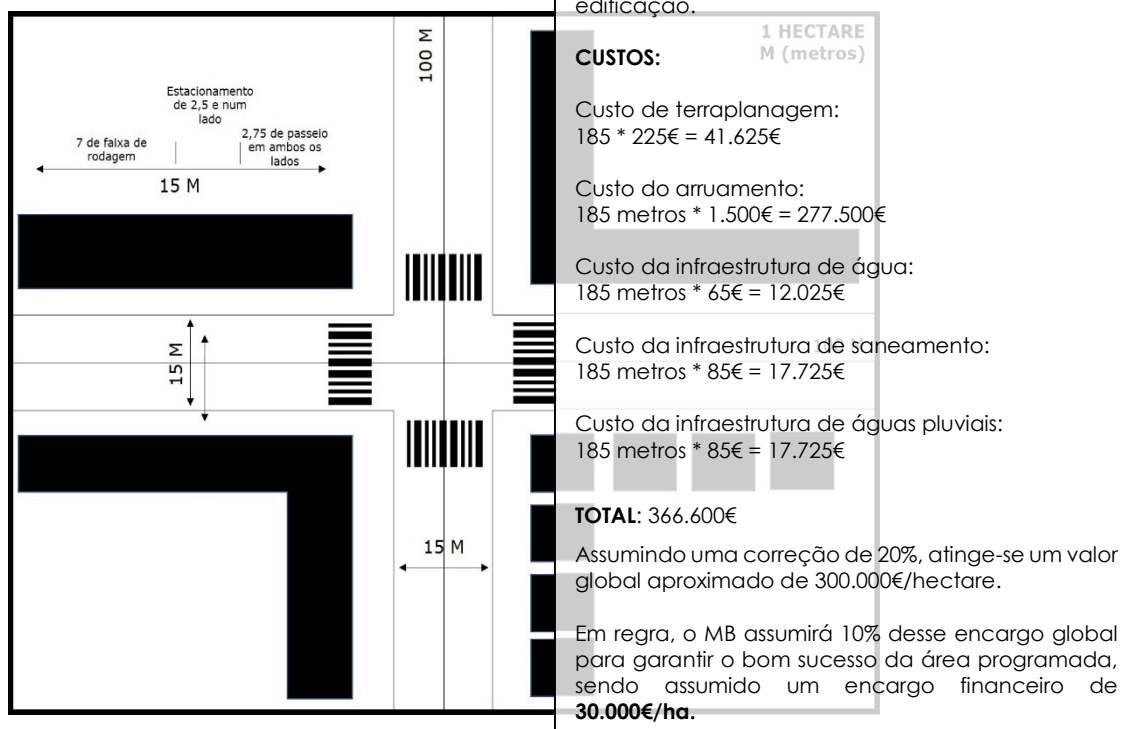
### 1.1. Metodologia

O presente documento identifica as **intervenções de iniciativa ou responsabilidade da administração central ou local**, necessárias à concretização da estratégia de desenvolvimento estabelecida pelo PDMB e demonstra a forma como se executarão, tanto no âmbito territorial como no financeiro, indicando a fase de concretização da proposta e o promotor.

A programação da execução do PDMB é **estabelecida pela CMB através da inscrição de ações no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano das Atividades Municipais**, em sede das Grandes Opções do Plano Municipal.

**O PDMB será objeto de monitorização permanente**, através da elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território a desenvolver de 4 em 4 anos, tal como exigido no art. 189.º do RJIGT, **com o objetivo de avaliar a execução**, e se necessário a adequação dos objetivos à prossecução dos desígnios territoriais, que podem conduzir à adoção de eventuais propostas de alteração ou de revisão do PDMB.

Para efeitos de aferição dos encargos urbanísticos, da parte da CMB, ao nível das áreas de execução programada, houve um estudo do cálculo de referência para saber quanto é que **o Município iria participar, estando pré-estabelecido que irá participar em pelo menos 10% do valor referente à urbanização**. Obviamente que esse encargo só corresponderá nas situações em que as **áreas programadas têm a participação da CMB**, sendo nos demais casos da responsabilidade dos Privados e, por isso, o encargo é a eles afeto. Assim sendo, recomenda-se a consulta do quadro seguinte.



## 1.2. Estratégia de Desenvolvimento Territorial

O modelo de organização territorial para o município de Braga materializa uma rede de objetivos estratégicos e gerais assente em cinco vetores estratégicos, **em especial a organização do concelho em função do centro urbano estruturante com a oferta de funções urbanas e garantes das relações de proximidade, como é o caso da Cidade de Braga**; e pelos aglomerados urbanos complementares, constituído pelas demais sedes de freguesia, satélites à cidade. O Anexo I resume os objetivos estratégicos e objetivos gerais, de acordo com os vetores estratégicos delineados na Estratégia de Desenvolvimento Territorial.

## 2. ÁREAS DE EXECUÇÃO PROGRAMADA

A execução do PDMB processa-se através de UOPG. A informação gráfica das UOPG encontra-se na Planta de Ordenamento – Classificação e Qualificação do Solo e Planta de Ordenamento – Programação e Execução. A sua disciplina normativa e termos de referência constam no Regulamento.

As Áreas a Estruturar (doravante UOPG 1) e Áreas a Consolidar (doravante UOPG 2) incorporam áreas não edificadas e correspondem a situações de transformação do território em que as operações urbanísticas a levar a efeito são integradas e desenvolvidas **no âmbito de unidades de execução**, nos termos do art. 148.º do RJIGT. Ainda assim, é ao PDMB que compete excepcionar a execução sistemática, o que se considera dever ser feito apenas nas situações em que, após a elaboração de estudo urbanístico, se considerar não interferirem com a execução global das mesmas.

Isto não invalida que o município não possa delimitar outras unidades de execução fora do âmbito das áreas de execução programada sempre que o considere desejável, quer seja por a ocupação não se encontrar estruturada ou se justificar que as intervenções sejam suportadas por uma solução de conjunto, designadamente por implicarem a reestruturação fundiária, a abertura de novos arruamentos ou a disponibilização de espaços verdes, de equipamentos coletivos ou de habitação.

A UOPG 3 são **as áreas do município que carecem de planeamento** através de um instrumento de gestão territorial ou plano de gestão e cujo programa se encontra expresso no Anexo IV do Regulamento.

### 2.1. Áreas a Estruturar (UOPG 1)

As Áreas a Estruturar correspondem às áreas de **desenvolvimento prioritário para a concretização do modelo de organização territorial pretendido no PDMB** e são áreas que correspondem a **expansões dos aglomerados consideradas pelo PDMB como necessárias e que ainda não se encontram estruturadas nem edificadas**.

Estas áreas, por norma, não possuem as infraestruturas indispensáveis à sua classificação como solo urbano e, como tal, enquadram-se na **alínea c) do n.º 3 do art. 7.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto**, que as define como as áreas que têm **provisionado** no horizonte do plano territorial, mediante inscrição nos **planos de atividades e nos orçamentos municipais**, a respetiva execução.

As áreas identificadas no PDMB, como Áreas a Estruturar, correspondem os seguintes objetivos transversais:

- Fomentar a consolidação urbana do território;
- Contribuir para a sustentabilidade e equilíbrio de todo o sistema urbano, através da manutenção, reforço e valorização da estrutura ecológica;

- Garantir a cedência de áreas para o domínio público para equipamentos, espaços verdes, infraestruturas de carácter relevante de apoio a todo o município e habitação;
- Assegurar a capacidade de requalificação, revitalização e regeneração urbana de áreas consideradas estratégicas para esse tipo de intervenção;
- Possibilitar a introdução de mecanismos de inclusão e apoio social, através dos programas de Estratégia Local de Habitação.

**No término do prazo estabelecido, as Áreas a Estruturar revertem automaticamente para a categoria de espaço definida no Anexo IV do Regulamento.**

**As Áreas a Estruturar são 31 e serão todas executada de forma sistemática pelo sistema de cooperação ou imposição administrativa**, atendendo aos interesses estratégicos que a CMB quer ver então salvaguardados nestas áreas de execução programada.

Estimam-se como encargos financeiros de execução com a urbanização de **10,3 milhões de euros**.

## **2.2. Áreas a Consolidar (UOPG 2)**

As Áreas a Consolidar integram os **espaços localizados no interior dos perímetros urbanos e não se encontram estruturados**, e por corresponderem aos espaços intersticiais com indefinições ao nível da estrutura viária e do ordenamento do espaço público, **são indispensáveis à consolidação/estruturação do tecido urbano, como tal**.

O modelo de execução das Áreas a Consolidar contribui para a qualificação urbanística, tendo em conta as seguintes características:

- Carácter estruturante no ordenamento do território;
- Consolidação e qualificação do solo urbano;
- Promoção da reabilitação urbana;
- Disponibilidade de solos para habitação para custos controlados e rendas acessíveis;
- Disponibilidade de solos para equipamentos de utilização coletiva, espaços verdes e de utilização coletiva e infraestruturas necessários à satisfação de carências detetadas.

**As Áreas a Consolidar revertem para a categoria de espaço definida no Anexo IV do Regulamento.** O objetivo desta reversão é contrariar a especulação fundiária que caracteriza estas áreas, evitando o aumento do valor do solo pela imobilização. A sua imobilização prolongada dá lugar a vazios urbanos indesejáveis, contribuindo para a fragmentação do território urbano e desaproveitamento das infraestruturas envolventes e, por isso, constitui um fenómeno a desincentivar.

A sua execução processa-se, regra geral, através de **unidades de execução e sobre o sistema de iniciativa dos interessados ou cooperação**.

**As Áreas a Consolidar são 101 e estimam-se como encargos financeiros de execução municipal com a urbanização, caso a CMB participe<sup>1</sup>, de 16,6 milhões de euros.**

### **2.3. Áreas a Planear (UOPG 3)**

A UOPG 3 são **as áreas do município que carecem de planeamento** e de um programa próprio expresso no Anexo IV do Regulamento.

Esta figura será executada por **um instrumento de planeamento adequado à realidade de cada UOPG**, sendo apontado para a generalidade o Plano de Pormenor e, no caso dos Sacromontes, Plano de Gestão. O instrumento de planeamento dita a forma de execução desse território, estando previsto, no âmbito do PDMB, unicamente a salvaguarda dos termos de referência da sua execução.

Em termos financeiros, a execução dos instrumentos de gestão territorial decorre do que foi nele deliberado ou será deliberado, **estando previsto, unicamente, o encargo financeiro para a elaboração dos instrumentos**. Estimam-se encargos de 375 mil euros para a sua concretização.

---

<sup>1</sup> À data da entrada em vigor do PDMB, não está definido se a CMB participa em todas as UOPG 2, delegando na dinâmica do PDMB a sua eventual participação.

### 3. PROPOSTAS

Ao nível das propostas, este capítulo dá cumprimento aos objetivos do PDMB durante o período de vigência do presente instrumento de gestão territorial. Assim sendo, **as propostas assentam a estratégia definida no Modelo de Organização Territorial.**

Por fim, segue-se a apresentação das propostas do PDMB, tendo como finalidade:

- Dotar de equipamentos garantes de qualidade de vida;
- Expandir a infraestrutura ferroviária;
- Criar uma rede de infraestrutura pedonal e ciclável;
- Melhoria da fluidez do tráfego rodoviário.

Designação da proposta	Espaço geográfico	Estimativa orçamental	Horizonte temporal	Fase de			Promotor		
				Estudo	Projeto	Execu	MB	Privad	Outras
Ampliação do Campo de Tiro	Este São Mamede	- €	Longo	x			x		
Centro de Saúde de Esporões	Esporões	1.387.964,75 €	Médio	x			x		x
Centro de Saúde de Campos Vilar	São Vitor	7.153.805,25 €	Médio	x			x		x
Ecovia do Cávado	VÁRIAS FREGUESIAS	6.500.000,00 €	Médio		x		x		
Ecovia do Rio Torto e Ribeira de Panóias (fase 2 & 3)	VÁRIAS FREGUESIAS	2.300.000,00 €	Curt			x	x		x
Via Pedonal e Ciclável do Rio Este - Lomar e Celeirós	VÁRIAS FREGUESIAS	3.877.200,00 €	Médio		x		x		
Via Pedonal e Ciclável do Rio Este - Ponte Pedrinha - Delphi	Lomar	225.000,00 €	Curt			x	x		
Ciclovía do Fojo	VÁRIAS FREGUESIAS	4.145.587,17 €	Curt		x		x		
Ciclovía na Av. Frei Bartolomeu dos Mártires	São Vitor	248.000,00 €	Curt			x	x		
Praia fluvial de Navarra	Navarra	600.000,00 €	Curt		x		x		
Praia fluvial de Crespos	Crespos	795.000,00 €	Curt			x	x		
Bacia de retenção de Lomar	Lomar	- €	Longo	x			x		x
Bacia de retenção de Tenões	Tenões	- €	Longo	x			x	x	
Beneficiação do Monte do Picoto	São José de São Lázaro	16.234.000,00 €	Médio			x	x		
Beneficiação do Parque da Ponte	São José de São Lázaro	6.495.000,00 €	Médio			x	x		
Parque Urbano da Quinta dos Lagos	Real/Frossos	5.170.000,00 €	Curt			x	x		x
Parque Urbano da Arcela	Lamações	- €	Longo	x			x		
Parque Urbano de Lomar	Ferreiros/Lomar	- €	Longo	x			x		
ETAR de Leste	Celeirós	15.000.000,00 €	Médio		x	x			x
Bacia de retenção de Real	Real	100.000,00 €	Médio		x	x	x		x
Bacia de retenção de Semelhe	Semelhe	100.000,00 €	Médio		x	x	x		x
Linha de Alta Velocidade (TGV)	VÁRIAS FREGUESIAS	- €	Longo	x	x	x			x
Prolongamento do túnel na Av. Padre Júlio Fragata	São Vitor	- €	Longo	x			x		
Interface intermodal (estação CP)	Maximinos	- €	Longo	x			x		
Interface intermodal (futura estação TGV)	Semelhe	- €	Longo	x			x		

Designação da proposta	Espaço geográfico	Estimativa orçamental	Horizonte temporal	Fase de			Promotor		
				Estudo	Projeto	Execu	MB	Privad	Outras
Interface intermodal (Centro Coordenador de Transportes de Braga)	São Vicente	33.800.000,00 €	Médio		x	x	x	x	
Intervenção no Nó Infias e Largo de Infias	São Vicente	6.000.000,00 €	Médio			x			x
Variante do Cávado - Troço Nó de Ferreiros a Frossos	VÁRIAS FREGUESIAS	28.000.000,00 €	Médio		x		x		
Variante do Cávado - Troço Zona Industrial de Adaúfe - Ponto do Porto	VÁRIAS FREGUESIAS	- €	Longo	x			x		
Ligação Zona Industrial de Adaúfe a Gualtar	VÁRIAS FREGUESIAS	- €	Longo	x			x		
Ligação Confeiteira - Fojo	VÁRIAS FREGUESIAS	- €	Longo	x			x	x	
Reabilitação do nó da IP9/A11	VÁRIAS FREGUESIAS	854.400,00 €	Médio			x			x
Variante do Cávado - Troço Variante 101/201 a Zona Industrial de Adaúfe	VÁRIAS FREGUESIAS	- €	Longo	x			x		
Expansão das Via de Acesso Local	VÁRIAS FREGUESIAS	13.284.135,00 €	Médio		x		x		
BRT	VÁRIAS FREGUESIAS	100.000.000,00 €	Curto		x	x			x
Park & Ride	VÁRIAS FREGUESIAS	- €	Longo		x	x	x		
Parque de pesados	VÁRIAS FREGUESIAS	- €	Longo		x	x	x		
Ampliação do Aeródromo Municipal	Palmeira	- €	Longo		x	x		x	

**Estimam-se como encargos financeiros de execução das propostas de 252 milhões de euros.**

### 3.1. Outros instrumentos com propostas

Existem outras figuras de programação de iniciativa municipal que estão em execução e que contêm ações que se enquadram com as intenções programáticas do PDMB, como é o caso dos seguintes instrumentos:

- Carta Educativa;
- Estratégia Local de Habitação;
- Carta Municipal de Habitação (em elaboração);
- Operações de Reabilitação Urbana;
- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas no Território da NUT III Cávado;
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Cávado;
- Programa Intermunicipal dos Sacromontes;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Plano de Emergência de Proteção Civil.

Para o PDMB, estes instrumentos não constituem um encargo financeiro, **pois têm figuras autónomas de gestão financeira e estão em operacionalização ou em elaboração.**

#### 4. SÍNTESE DA PROGRAMAÇÃO

Estimam-se que **279 milhões de euros** acompanharão a execução do PDMB.

Programação		Curto e médio prazo
Áreas de execução programada	UOPG 1	10 343 700,00 €
	UOPG 2	16 634 400,00 €
	UOPG 3	375.000,00 €
	Áreas a infraestruturar	178.995,00 €
Propostas	Equipamentos	8.541.770,00 €
	Mobilidade Suave	17.295.787,17 €
	Intervenção Ambiental	44.494.000,00 €
	Infraestrutura ferroviária	- €
	Infraestrutura rodoviária	181.938.535,00 €
	Infraestrutura aeroportuária	- €
Total		279 802 187,17 €

As propostas de longo prazo discriminadas no capítulo anterior devido ao seu horizonte temporal, **não têm atribuída uma estimativa financeira**, atendendo ao fator de imprevisibilidade e evolução do custo de concretização de cada proposta. Neste sentido, aquilo que é apresentado é o seu **enquadramento**.

Por fim, recomenda-se a consulta do capítulo seguinte para se compreender a sustentabilidade económico-financeira **no curto e médio prazo da programação da responsabilidade municipal do PDMB, tal como exige na alínea c), do n.º 2 do art. 97.º do RJIGT**.

ANEXO I – OBJETIVOS POR VETOR ESTRATÉGICO

Tabela 1 | Objetivos por vetor estratégico

VETOR ESTRATÉGICO	FINALIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS GERAIS	Sistema Natural																Sistema Económico																	
				Qualificar os ambientes urbanos																Promover os setores de atividade económica com recurso à produção																	
				N 1.1	N 1.1	N 2.1	N 2.2	N 3.1	N 3.2	N 3.3	N 4.1	N 4.2	N 5.1	N 5.2	N 6.1	N 6.2	N 7.1	N 7.2	N 7.3	N 8.1	N 8.2	N 8.3	N 8.4	N 8.5	N 8.6	N 8.7	N 8.8	N 9.1	N 9.2	N 9.3	N 9.4	N 9.5	E1.1	E 2.1	E 2.2	E3 .1	
			Melhorar a sistematização e atualização da informação das pressões sobre a água																																		
			Melhorar o conhecimento e as metodologias de monitorização e avaliação das massas de água																																		
			atingir e manter o Bom estado das massas de água reduzindo ou eliminando os impactes através de uma gestão adequada das pressões																																		
			assegurar um licenciamento eficiente através da aplicação do Regime Jurídico do Licenciamento das Utilizações dos Recursos Hídricos (RIURH)																																		
			Garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais e os caudais ambientais nas massas de água subterrâneas																																		
			assegurar uma utilização sustentável da água pelas diferentes utilizações, adequadas às disponibilidades existentes, atuais e futuras, através de um licenciamento eficiente e eficaz e de uma fiscalização																																		
			Promover as boas práticas para um uso eficiente da água																																		
			Promover a continuidade fluvial, com a remoção de estruturas obsoletas e/ou incluindo mecanismos que permitam a transposição																																		
			Promover o restauro dos ecossistemas aquáticos degradados e geri-los de forma sustentável																																		
			Promover a gestão dos riscos associados a secas, cheias e acidentes de poluição																																		
			Promover a melhoria do conhecimento das situações de risco e a operacionalização dos sistemas de previsão, alerta e comunicação																																		
			Intensificar a aplicação do princípio do “utilizador-pagador”																																		
			Garantir instrumentos de desenvolvimento da política da água integrando o crescimento económico																																		
			Evitar ou limitar as descargas de poluentes nas massas de água e evitar a deterioração do estado de todas as massas de água;																																		
			atingir o Bom estado das massas de água - Bom estado químico e quantitativo garantindo o equilíbrio entre captações e recargas;																																		
			Inverter qualquer tendência significativa persistente para aumentar a concentração de poluentes.																																		
			Promoção do ordenamento e gestão florestal – dando preferência a espécies autóctones, fazendo mosaicos e abrindo aceiros, colocando pontos de água, etc.																																		
			Introdução de elementos de sombreamento, com base na vegetação, nas ruas mais abertas e movimentadas																																		
			Promoção do desenvolvimento de opções de desenho urbano: criação de jardins de infiltração/bacia de retenção/reconversão de pavimentos impermeáveis																																		
			Implementação de um plano integrado de mobilidade que permita reduzir efetivamente a utilização de transportes motorizados individuais, promovendo a deslocação em transportes coletivos e modos suaves (bicicleta e a pé) deslocação em transportes coletivos e modos suaves (bicicleta e a pé)																																		
			Promoção da construção bioclimática e energeticamente eficiente energeticamente eficiente																																		
			Manutenção de corredores de ventilação naturais (margens arborizadas dos leitos de água, sobretudo ao longo das vertentes dos principais relevos locais) e urbanos (ruas arborizadas, com orientação dos ventos dominantes, Norte-Sul e Noroeste-Sudeste)																																		
			Promoção do aumento e diversificação dos espaços verdes, incluindo jardins verticais e telhados ajardinados																																		
			Construção de bacias de retenção a montante da cidade (Parque de Sete Fontes; Vale do rio Este), rio Torto (Real Dume e Frossos)																																		
			Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais																																		
			Redução da incidência dos incêndios																																		
			Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios																																		
			Recuperar e reabilitar os ecossistemas																																		
			Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz																																		
			Contrato programa com a IB - Agência para a dinamização económica, EM																																		
			Renovação do pavimento do Parque Industrial de Padim da Graça																																		
			Requalificação e Beneficiação das áreas de acolhimento empresarial																																		
			assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos																																		

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	FINALIDADE	VETOR ESTRATÉGICO	Sistema Urbano	Sistema Social
				Qualificar os ambientes urbanos	Minimizar os índices de vulnerabilidade social
OBJETIVOS GERAIS	Promover a qualidade das novas intervenções urbanas	Programar a urbanização do território	U 1.1	Requalificação - Eco Parque das Sete Fontes	S 2.1
	Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial	Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial	U 1.2	Requalificação - Eco Parque das Sete Fontes	S 2.2
			U 2.1		S 2.3
			U 2.2		S 2.4
			U 2.3		S 2.5
			U 2.4		S 2.6
			U 2.5		S 2.7
			U 2.6		S 2.8
			U 2.7		S 3.1
			U 2.8		S 3.2
	Valorizar o território e as comunidades	Valorizar o território e as comunidades	U 3.1	Quartel dos Bombeiros Sapadores de Braga	S 3.3
			U 3.2		S 3.4
			U 3.3		S 3.5
			U 3.4		S 3.6
			U 3.5		S 3.7
			U 3.6		S 3.8
			U 3.7		S 3.9
			U 3.8		S 3.10
			U 3.9		S 3.11
			U 3.10		S 3.12
			U 3.11		S 4.1
			U 3.12		S 4.2
			U 4.1	Requalificação da Fábrica da Confiança - Residência Universitária	S 1.1
			U 4.2		S 1.2
	Promover a governança territorial	Promover a governança territorial	S 1.1	Sustentabilidade dos serviços da administração pública	S 1.3
			S 1.2		S 2.1
			S 1.3		S 2.2
	Melhor rede de equipamentos disponíveis	Melhor rede de equipamentos disponíveis	S 2.1	Regularização do Rio Tordo/Variante Cávado	S 2.3
			S 2.2		S 2.4
			S 2.3		S 2.5
			S 2.4		S 2.6
			S 2.5		S 3.1
			S 2.6		S 3.2
	Requalificação dos equipamentos de educação	Requalificação dos equipamentos de educação	S 3.1	Requalificação da Secundária de Maximinos	S 3.3
			S 3.2		S 3.4
			S 3.3		S 3.5
			S 3.4		S 4.1
			S 3.5		S 4.2
	Promoção da qualidade e do sucesso educativo	Promoção da qualidade e do sucesso educativo	S 4.1	Promoção da escola como espaço inclusivo, humanista e multivalência	S 4.3
			S 4.2		S 4.4
			S 4.3		S 4.5
			S 4.4		S 4.6
			S 4.5		S 4.7
			S 4.6		S 4.8
			S 4.7		S 4.9
			S 4.8		S 4.10

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	FINALIDADE	VETOR ESTRATÉGICO
			Sistema de Conectividade
			Valorizar as infraestruturas existentes
		Melhorar os sistemas de mobilidade rodoviárias	
Mais Eficiência Energética na Iluminação	C 1.1		
Remodelação e Requalificação de Redes de Iluminação	C 1.2		
Requalificação da iluminação de túneis rodoviários	C 1.3		
Remodelação e conservação de pavimentos em vias classificadas e caminhos vicinais, incluindo reconstrução de muros de suporte	C 1.4		
Sinalização Rodoviária e Semaforização	C 1.5		
Instalação e reparação de sistemas de drenagem de águas pluviais	C 1.6		
Reforço estrutural do parque de estacionamento da Cangosta da Palha	C 1.7		
		Promover o turismo para todos	
Requalificação da Praça Conde de Agrolongo	C 2.1		
Requalificação da Rua Quinta da Ermada, Rua de S. Martinho de Tibães, Maconde a Cones, Avenida Dr. Francisco Pires Gonçalves, Rua da Costa Gomes, Rua dos Presidentes e 5 Outubro, Av. Padre Júlio Fragata,	C 2.2		
		Incremento dos modos suaves, particularmente em contextos urbanos	
Estruturação de uma rede ciclável urbana dotada de parques de estacionamento para bicicletas	C 3.1		
Introdução de sistemas de bicicletas partilhadas	C 3.2		
Qualificação e expansão de uma rede pedonal estruturante e acessível nos principais centros urbanos	C 3.3		
Introdução de eixos de modos suaves de ligação às principais centralidades envolventes	C 3.4		
Promoção dos modos suaves para as ligações casa – escola	C 3.5		
Execução do fecho da rede ciclável e de caminhos da CIM do Cávado	C 3.6		
		Reforço da intermodalidade	
Atuação de sistemas de informação a público abrangentes	C 4.1		
Integração tarifária dos sistemas de bilhética	C 4.2		
Hierarquização e consolidação da rede de interfaces	C 4.3		
Melhoria das condições nas principais paragens de transporte público	C 4.4		
		Oferta e fiabilidade do transporte público	
Melhoria da oferta e fiabilidade do transporte público	C 5.1		
Reorganização da oferta de transporte coletivo	C 5.2		
Aumento da eficiência do transporte público rodoviário nos circuitos urbanos	C 5.3		
Melhoria das condições operacionais do transporte público	C 5.4		
Integração organizacional da gestão do transporte público	C 5.5		
		Segurança rodoviária e acalmia de tráfego	
Hierarquização viária segregando tráfegos e fluxos	C 6.1		
Medidas de minimização de pontos de conflito	C 6.2		
Preparação de planos municipais de segurança rodoviária	C 6.3		
		Gestão de tráfego e estacionamento	
Estudo e definição de uma política de gestão do estacionamento (tarifa e modelo de gestão)	C 7.1		
Planos especiais de estacionamento para picos sazonais ou eventos	C 7.2		
Introdução de bolsas de estacionamento periféricas	C 7.3		
Revisão dos parâmetros do estacionamento público e privado	C 7.4		
		Gestão da mobilidade	
Planos de Gestão Local	C 8.1		
Desenvolvimento de Planos de Mobilidade de Empresas ou polos industriais/ empresariais	C 8.2		
Desenvolvimento de Planos de Mobilidade de Empresas ou polos industriais/ empresariais	C 8.3		
Criação de um Observatório de Mobilidade	C 8.4		
		Soluções de mobilidade específicas para territórios de baixa densidade	
Criação de redes de transporte a pedido	C 9.1		
Expansão da rede de carregamento de veículos elétricos	C 9.2		

## ANEXO II – SÍNTESE DAS UOPG

ID	Área (ha)	Tipologia de área programada	Mecanismo de execução	Forma de execução	Horizonte Temporal	Requalificação/Reversão para	Encargo financeiro do MB
UOPG 1.01	3,32	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	99 600,00 €
UOPG 1.02	19,45	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	583 500,00 €
UOPG 1.03	12,78	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de produção	383 400,00 €
UOPG 1.04	40,36	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	1 210 800,00 €
UOPG 1.05	13,19	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	395 700,00 €
UOPG 1.06	7,21	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de produção	216 300,00 €
UOPG 1.07	4,52	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	135 600,00 €
UOPG 1.08	67,22	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	2 016 600,00 €
UOPG 1.09	5,82	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	174 600,00 €
UOPG 1.10	53,75	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de proteção	1 612 500,00 €
UOPG 1.11	9,98	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de proteção	299 400,00 €
UOPG 1.12	1,8	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	54 000,00 €
UOPG 1.13	0,67	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	20 100,00 €
UOPG 1.14	11,32	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	339 600,00 €
UOPG 1.15	1,01	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de produção	30 300,00 €
UOPG 1.16	4,93	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	147 900,00 €
UOPG 1.17	2,08	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de produção	62 400,00 €
UOPG 1.18	6,37	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de proteção	191 100,00 €
UOPG 1.19	12,46	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	373 800,00 €
UOPG 1.20	12,13	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	363 900,00 €
UOPG 1.21	18,14	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	544 200,00 €
UOPG 1.22	5,89	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	176 700,00 €
UOPG 1.23	2,61	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	78 300,00 €
UOPG 1.24	4,69	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	140 700,00 €
UOPG 1.25	1,06	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	31 800,00 €
UOPG 1.26	7,12	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	213 600,00 €
UOPG 1.27	9,07	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	272 100,00 €
UOPG 1.28	1,99	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	59 550,00 €
UOPG 1.29	1,70	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	50 850,00 €
UOPG 1.30	0,98	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	29 400,00 €
UOPG 1.31	1,17	Área a Estruturar	Unidade de Execução	Cooperação ou imposição administrativa	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	35 040,00 €
UOPG 2.01	11,74	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	352 200,00 €
UOPG 2.02	17,33	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de produção	519 900,00 €
UOPG 2.03	4,89	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	146 700,00 €
UOPG 2.04	6,39	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	191 700,00 €
UOPG 2.05	2,31	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	69 300,00 €
UOPG 2.06	2,12	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	63 600,00 €
UOPG 2.07	5,65	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	169 500,00 €
UOPG 2.08	1,37	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	41 100,00 €
UOPG 2.09	3,75	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	112 500,00 €
UOPG 2.10	4,35	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de produção	130 500,00 €
UOPG 2.11	4,34	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	130 200,00 €
UOPG 2.12	9,29	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço agrícola	278 700,00 €
UOPG 2.13	4,38	Área a Consolidar	Unidade de Execução	Iniciativa dos interessados ou cooperação	4 anos para iniciar + 4 anos para concluir	Espaço florestal de proteção	131 400,00 €



